o verde-oliva

Centro de Comunicação Social do Exército | Brasília, março 1985 | Ano XII | N.º 108

O EXÉRCITO BRASILEIRO HOJE

Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

Curriculum vitae

Nascido no Município de Paranaguá — Paraná, em 6 de junho de 1915, filho do General *Heitor Pires de Carvalho e Albuquerque* e *Aline Loyola Pires e Albuquerque*.

Arma de Origem: Cavalaria

Condecorações:

Nacionais:
- Ordem do Mérito Naval — Grande Oficial
- Medalha da Ordem de Rio Branco — Grã-Cruz
- Medalha de Guerra
- Medalha do Pacificador
- Grande Medalha da Inconfidência
- Ordem do Mérito Aeronáutico — Grande Oficial
- Medalha de 40 anos de bons serviços (Ouro c/Passador de Platina)
- Medalha Mérito Tamandaré
- Ordem do Mérito Militar — Grã-Cruz
- Medalha Mérito Santos Dumont (Prata)
- Medalha da Ordem do Mérito Brasília — Grã-Cruz
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho — Grã-Cruz
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar — Grã-Cruz
- Medalha Marechal Trompowsky
- Medalha do Mérito Mauá — Serviços Relevantes
- Ordem do Mérito Guararapes — Grã-Cruz
- Ordem do Ipiranga — Grã-Cruz
- Medalha da Ordem do Mérito das Comunicações — Grã-Cruz

Estrangeiras
- Ordem Militar de Aviz — Grande Oficial (Portugal)
- Ordem do Mérito Militar — «Grado de Banda y Placa» (México)
- Ordem do Libertador San Martin — Grã-Cruz (Argentina)
- Medalha do Mérito do Exército (Argentina)
- Ordem de Bernardo O'Higgins — Grã-Cruz (Chile)
- Ordem de Maio ao Mérito — Grã-Cruz (Argentina)
- Ordem do Mérito Militar — Grande Oficial (Paraguai)
- Medalha Honorífica de Cavalaria — Diploma de Honra (Paraguai)
- Legião do Mérito — Comendador (Estados Unidos da América)

Cursos Militares:

No Brasil:
- Formação de Oficiais (Cav Reg 2ª)
- Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)
- Comando e Estado-Maior do Exército (EsCEME)
- Superior de Guerra (ESG)
- Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (ESG)

No Exterior:
- Avançado de Blindados em Fort Knox — Estados Unidos da América.

Durante a sua carreira militar destacam-se, entre outras, as seguintes funções exercidas pelo General-de-Exército *Walter Pires de Carvalho e Albuquerque:*

Capitão e Major:
- Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Rio de Janeiro — RJ), por mais de 7 anos.

Tenente-Coronel:
- Adjunto do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (Rio de Janeiro — RJ);
- Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro — RJ);
- Chefe do Estado-Maior do Destacamento Tiradentes, tropa que desceu de MG para o RJ nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964. Para isso, deslocou-se na madrugada de 31 de março do Rio de Janeiro para Juiz de Fora, com o Gen Muricy, a fim de compor a frente desse Destacamento.

Coronel:
- Comandante do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Bagé — RS);
- Chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro — RJ);
- Chefe de Gabinete do Departamento-Geral do Pessoal (Rio de Janeiro — RJ).

General-de-Brigada:
- Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria (Uruguaiana — RS);
- Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (Brasília — DF);
- Comandante da Divisão Blindada (Rio de Janeiro — RJ);
- Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (Rio de Janeiro — RJ), por mais de 3 anos.

General-de-Divisão:
- 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército (Brasília — DF);
- Comandante da 1ª Divisão de Exército e Guarnição da Vila Militar (Rio de Janeiro — RJ), por mais de 3 anos.

General-de-Exército:
- Chefe do Departamento de Material Bélico (Brasília — DF);
- Ministro do Exército.

Editorial

Missão Cumprida

O Brasil experimentou, ao longo dos últimos vinte anos, um notável surto de desenvolvimento que mesmo as críticas mais contundentes não conseguem obscurecer.

Um simples cotejo dos principais indicadores da situação atual do país, especialmente nos campos econômico e psicossocial, com os observados no início da década de sessenta, evidencia, de forma insofismável, que a Nação cresceu consideravelmente e que as condições de vida da maioria de sua população alcançaram níveis bastante satisfatórios em relação aos preexistentes.

É verdade que a imagem positiva desse quadro tem sido assaz prejudicada pelos reflexos da grave crise econômica que se abateu, ultimamente, sobre o Mundo Ocidental e de modo particular sobre a América Latina, e na qual nos vimos irremediavelmente envolvidos. Mas foi a própria pujança da infra-estrutura produtiva montada aqui, nesses anos, que evitou os efeitos catastróficos observados em outras áreas do continente e comprometendo perspectivas alentadoras para dele emergirmos em melhores condições do que se podia esperar.

A Administração Superior do Exército, que ora encerra sua gestão, assumiu suas elevadas responsabilidades justamente na época em que se configurava esse quadro conjuntural adverso, que viria a golpear severamente a economia do país, obrigando a austeras revisões de planejamento.

Essa fase complexa e delicada, de crise econômica, prenhe de riscos e dificuldades, foi enfrentada com sabedoria, prudência e patriotismo por todos os seus dirigentes.

O Exército pôde superá-la, com firmeza e determinação, graças à segurança com que foi dirigido nessas difíceis jornadas, e soube manter-se rigorosamente dentro dos ditames constitucionais, não tergiversando, no entanto, em repelir, de maneira categórica, as afrontas dos provocadores que tentavam desviá-lo de sua destinação legal, encontrando, ainda, meios para dinamizar os vetores de sua operacionalidade para que pudesse bem cumprir sua nobre missão.

Tarefa grandiosa e magnificamente conduzida pela Força Terrestre, proporcionou segurança e tranqüilidade à Nação, para que essa, em clima de harmonia e de respeito, se entregasse com entusiasmo ao dever cívico de rematar a obra maior do Governo — normalização da vida democrática do país.

E, por mais paradoxal que pareça, apesar de todas as imensas dificuldades que marcaram essa quadra árdua de transição, o Exército conheceu nesse período um elenco de profícuas realizações, que resultaram em benefícios para o homem, o material, o adestramento e a própria estrutura organizacional, redundando todo em sensível melhoria de seu nível de operacionalidade.

O presente número de "o verde-oliva", o último a ser editado na atual administração, procura mostrar, exemplificativamente, o muito que foi realizado nestes últimos seis anos, em proveito de nossa Instituição — o que caracteriza, sem dúvida alguma, uma "missão perfeitamente cumprida".

O Exército sabe muito bem a quem agradecer, e o faz em silêncio, num preito íntimo de reconhecimento, como é da índole do Soldado!

o verde-oliva

Centro de Comunicação Social do Exército

REDAÇÃO: QGEx – Bl B – Térreo – SMU – 70630 – BSB-DF
Tel: 223-2609, 223-5709 e 225-0260, R/2256, 2257 e 2754

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias

IMPRESSÃO e DISTRIBUIÇÃO: QGEx – S/Garagens – SMU
Tel: 225-0260 R/2939 e 2938

Distribuição gratuita

SUMÁRIO

	Pág.
* Editorial	1
* Bem-estar &Motivação	2
* SAMMED/FUSEX	3
* O Centro Tecnológico do Exército-CTEx	4
* Pesquisa & Desenvolvimento no Exército	5
* Material Bélico – Nacionalização & Modernização	6 e 7
* O aumento do efetivo do Exército	8
* Instrução Militar	9
* Evolução da Estrutura Organizacional do Exército	10
* A Informática no Exército	11
* IMBEL e C Com S Ex	12

Bem-estar & Motivação

Centro de Estudos de Pessoal-CEP

Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED

A administração do Exército, compreendendo a importância do papel desempenhado por seus Quadros, como planejadores e executantes de trabalhos ligados à profissionalização, buscou, nesses últimos anos, incrementar medidas capazes de prepará-los para as importantes tarefas futuras.

Num quadro econômico adverso, procurou racionalizar seus gastos de molde a que o bem-estar dos militares da Força e de seus familiares não fosse relegado a um plano secundário.

Através de uma análise profunda da conjuntura nacional e dos seus reflexos sobre o Exército, foram estudadas, pela Alta Administração da Força Terrestre, medidas que, posteriormente consubstanciadas em expedientes ministeriais, visavam proporcionar ao homem satisfação profissional, segurança e bem-estar para seus familiares.

Entre as conquistas mais significativas podemos citar:

– a melhoria do preparo profissional dos Quadros e da Tropa;

– a coordenação e a integração, nos diferentes níveis, das atividades de seleção, formação e aperfeiçoamento dos quadros permanentes, buscando motivá-los, ainda mais, para o exercício profissional;

– a implantação do Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) e do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar aos militares do Exército da Ativa, Inativos, Pensionistas e seus dependentes (SAMMED), com elevado alcance social;

– a aprovação do novo Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE), normalizando o sistema de convocação de Oficiais da Reserva para o preenchimento dos claros dos Oficiais subalternos nos corpos de tropa;

– as modificações na legislação que propiciaram considerável aceleramento no fluxo de promoções de Oficiais e Graduados, corrigindo distorções existentes, particularmente entre as diversas OM de Sargentos;

Serviço de Assistência Religiosa do Exército – SAREx

– as modificações introduzidas no Estatuto dos Militares, destacando-se, entre elas, a redução do tempo necessário à transferência para a reserva – 30 (trinta) anos – com proventos do posto/graduação imediato;

– o cadastramento de cursos civis nos Almanaques do Exército, visando o aproveitamento das potencialidades e conhecimentos de cada militar em áreas onde possam ser úteis para a Instituição;

– a criação do Quadro Especial de 3º Sargentos, amparando inúmeros e excelentes profissionais, particularmente nas áreas de fronteira;

– a reorganização do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, dotando a Força de um Quadro de Capelães permanentes, com condições de seleção e acesso mais racionais e similares aos demais Quadros;

– a adoção, em caráter permanente, do Sistema de Avaliação de Oficiais, buscando evitar interpretações subjetivas que, muitas vezes, poderiam anular os esforços de uma vida profissional de trabalhos dedicados à Força;

HCE – Centro Cirúrgico (Sala de Radiologia)

– a expedição de Diretrizes Gerais para Aplicação da Política de Pessoal do Exército;

– as atividades de pesquisa levadas a efeito pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), proporcionando continuidade aos projetos de Orientação Vocacional, Informação Profissional e, também, ao Catálogo de Cargas e Atribuições e à Avaliação do Desenvolvimento Profissional de Subtenentes e Sargentos; mereceu, contudo, especial atenção daquela OM, o Projeto ECEME, cuja meta visa a seleção ideal dos Oficiais candidatos àquela Escola;

– a criação do Centro Tecnológico do Exército (CTEx), objetivando proporcionar condições para o melhor preparo dos profissionais da área técnica que poderão, assim, voltar-se para a pesquisa, o desenvolvimento de materiais e o fomento industrial de projetos do interesse da instituição;

– a criação da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), visando proporcionar maior atenção ao aperfeiçoamento cultural e profissional dos integrantes da Força, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade brasileira, ligados a seu campo de atuação;

– a criação do Centro de Comunicação Social do Exército (C Com S Ex), visando estreitar e facilitar a comunicação entre os Públicos Interno e Externo.

Como vemos, todas as medidas postas em prática tiveram por escopo a valorização do homem, verdadeiro impulsionador do processo de modernização em curso e da constante profissionalização do nosso Exército.

SAMMED FUSEX

Hospital Central do Exército (HCE)

A IMPLANTAÇÃO DO SAMMED/FUSEx

A entrada em funcionamento do SAMMED/FUSEx, em 1979, exigiu medidas corajosas como o reaparelhamento e modernização das nossas Organizações Militares de Saúde e a reestruturação do Serviço de Saúde do Exército, que passou a contar com as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

Com a criação do SAMMED/FUSEx, houve sensível incremento de serviços prestados à família militar. Os atendimentos ambulatoriais realizado passaram de 905.714, em 1978, ano de criação do novo Sistema, para 1.358.755, em 1979, ano de sua implantação e 1.937.130, em 1983, alcançando, já no primeiro semestre de 1984, cerca de 800.000 atendimentos.

Aspiração de muitos anos, o SAMMED/FUSEx constitui-se hoje em pujante sistema de assistência médico-hospitalar, congregando as Organizações Militares de Saúde e as Seções de Saúde das Organizações Militares, sendo complementado por convênios, contratos e credenciamentos com as mais renomadas Organizações Civis de Saúde e destacados profissionais autônomos.

O SAMMED/FUSEx proporciona à família militar diversificados tipos de assistência que vão desde o atendimento ambulatorial aos mais complexos tratamentos especializados, no país ou no exterior.

A atual rede hospitalar do Exército conta com mais de 3.500 (três mil e quinhentos) leitos, distribuídos por 10 (dez) HOSPITAIS GERAIS e por 12 (doze) HOSPITAIS DE GUARNIÇÃO, tendo como último elo o HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO (HCE).

MODERNIZAÇÃO DO HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO

Desde 1981, vem sendo cumprido no HCE um Plano Diretor de Obras destinado a modernizar o tradicional nosocômio, inaugurado no começo do século e que se encontrava superado pelos avanços da medicina moderna e da administração hospitalar.

Com maciços investimentos financeiros, o HCE sofreu extraordinária transformação nestes últimos anos.

Inicialmente, foram inaugurados, em 18 Nov 82, as instalações de novos ambulatórios no Pavilhão GENERAL ANTONIO CARLOS PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE. Esses ambulatórios ocupam uma área de 7.200 m^2 e estão entre os mais avançados e bem equipados do país.

Em 23 Ago 84, o Exmº Sr PRESIDENTE DA REPÚBLICA inaugurou o novo Bloco de Internação, denominado Pavilhão GENERAL JOÃO SEVERIANO DA FONSECA, que se destina a internar pacientes agudos de

Hospital Geral de São Paulo (H Ge SP)

Medicina Interna, Cirurgia Geral e outras especialidades cirúrgicas, com um total de 360 (trezentos e sessenta) leitos.

Esse Bloco, dimensionado e concebido dentro de avançada técnica de arquitetura e construção hospitalares, conta com os mais sofisticados equipamentos médicos nacionais e estrangeiros.

Ainda dentro do Plano Diretor de Obras, continuam as obras de recuperação dos pavilhões a serem restaurados e de demolição de outros, irrecuperáveis.

NOVO HOSPITAL GERAL DE SÃO PAULO (HGeSP)

Localizado num dos maiores centros médicos da América Latina, o HGeSP necessitava de total modernização para acompanhar o progresso científico daquela metrópole.

Em 08 Dez 1982 foram inaugurados os novos ambulatórios, em prédio de 04 (quatro) pavimentos funcionais, com aparelhagem altamente especializada, proporcionando aos usuários atendimento de elevado padrão nas diversas especialidades médicas. Dispõem, as novas instalações, de um serviço especializado em ecocardiografia, de 06 (seis) consultórios dentários equipados com Raios X e de um laboratório de prótese dentária.

NOVOS AMBULATÓRIOS DO HOSPITAL GERAL DE CURITIBA (HGeC)

Foi inaugurado, em 05 Mar 82, um novo prédio de ambulatórios, com 05 (cinco) pavimentos de 2.400 m^2 de área construída, dispondo de aparelhagem moderna em todas as especialidades médicas, destacando-se a cardiologia com equipamentos para cicloergometria e ecocardiografia.

MUDANÇA DE SEDE DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Para possibilitar melhor assistência aos efetivos do COMANDO DE FRONTEIRA DO SOLIMÕES, o hospital foi transferido de BENJAMIN CONSTANT (AM) para TABATINGA (AM). As novas instalações foram redimensionadas e está projetada sua expansão, com a construção de novo Centro Cirúrgico e de outras Unidades de Internação, a serem equipados com material já fornecido pela DIRETORIA DE SAÚDE.

CRIAÇÃO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

Estão em fase adiantada os estudos para transformação do hospital administrado pelo 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, com 45 (quarenta e cinco) leitos, Bloco Cirúrgico e Sala de Recuperação, em HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO (RO).

O Projeto Integrado, necessário para tal fim, está sendo ultimado pela DIRETORIA DE SAÚDE.

CRIAÇÃO DE POSTOS MÉDICOS DE GUARNIÇÃO

A fim de melhorar a qualidade da assistência médica e atender à crescente demanda, já foram criados e estão funcionando, em instalações provisórias, os Postos Médicos de Guarnição de CUIABÁ–MT e GOIÂNIA–GO.

Com o mesmo intuito foram liberados recursos para a criação de um POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO em DOURADOS–MT, que atenderá aos efetivos da 4ª Bda C Mec.

MELHORIAS EM TODOS OS HOSPITAIS E POLICLÍNICAS

Todos os Hospitais e Policlínicas, que constituem a extensa e bem distribuída rede assistencial do Serviço de Saúde do Exército, receberam melhorias na atual administração, seja em suas instalações, seja nos seus aparelhos.

Equipamentos foram adquiridos no mercado brasileiro e, também, no estrangeiro, quando sem similar nacional.

PERSPECTIVAS

O apoio dado às nossas Organizações Militares de Saúde foi decisivo para que elas pudessem acompanhar o aumento de demanda ocorrido.

A recuperação das instalações já existentes, o cuidado com o reequipamento e recuperação do material, a ampliação e modernização dos Hospitais e Policlínicas Militares foi a tônica da atual administração do nosso Exército.

Foram estabelecidas as condições indispensáveis para que o homem, principal componente da Força Terrestre, tenha, em toda extensão do território nacional, assistência médica equivalente à proporcionada pelos mais avançados centros médicos do BRASIL.

Os resultados já alcançados justificam os grandes investimentos que foram realizados. Os projetos em andamento devem proporcionar novos benefícios aumentando ainda mais o elevado nível de atendimento que vem sendo obtido.

O Centro Tecnológico do Exército — CTEx

Sede do IPD – Alguns laboratórios em construção

O CTEx foi criado pelo Decreto nº 84095, de 16 Out 79, para executar, no campo científico-tecnológico do Ministério do Exército, a pesquisa, o desenvolvimento, o fomento industrial, a capacitação de recursos humanos, a informática, a normalização, a certificação de qualidade e as provas de materiais e equipamentos de interesse do Exército.

Desde então, utilizando a estrutura existente nos Institutos (IME e IPD) e Campo de Prova da Marambaia (CPrM), que lhe foram subordinados, vem cumprindo a missão com a eficiência demonstrada pelos diversos itens já apresentados como protótipos ou em produção seriada na indústria nacional. Vem, também, buscando a concretização da infra-estrutura compatível com a dimensão do trabalho que a ele está afeto.

O "campus" de Guaratiba é uma promissora realidade. Para lá serão transferidas as instalações da Urca, Praia Vermelha e Palácio Duque de Caxias, precárias ou sem possibilidade de expansão. Na enorme área de 28 milhões de metros quadrados estão sendo edificados os prédios modulares funcionais dos Institutos, do próprio Centro e de toda a infra-estrutura de apoio (áreas residenciais, de comércio e hospitalar, bem como saneamento, luz, água e circulação interna). A construção é coordenada e executada por administração direta pela Comissão Executiva de Implantação do Centro Tecnológico do Exército (CEICTEx), constituída por engenheiros militares de diversas especialidades. Quase todo o material utilizado é fabricado no canteiro da obra. O IPD já está sendo transferido.

Cia Cmdo Sv – Vista geral da área

No local já funciona a Companhia de Comando e Serviço que foi organizada para prestar o apoio normal desse tipo de subunidade, particularmente a guarda da área, de enormes dimensões, com vegetação de manguesais e canais diversos, mostrando uma fauna que o visitante nem imaginava ali existir. O patrulhamento da periferia só pode ser feito de lancha.

O "campus" é completado pelo Campo de Provas instalado na restinga da Marambaia, adjacente à área em construção.

Dentre as diferentes atividades do CTEx, no campo de pesquisa e desenvolvimento, encontramos a que está dedicada à tecnologia de ponta dos mísseis.

Sobre mísseis e foguetes muito se tem falado e escrito, mas nem sempre a linguagem permite uma idéia clara a respeito do assunto. Assim é que convém começar definindo as chamadas gerações:

1ª geração – o atirador, para guiar o míssil, tem necessidade de estar vendo o vetor e o alvo, tomando conta dos dois e projetando o encontro;

2ª geração – o atirador só deve se preocupar com o alvo; o míssil, por si só, entra na linha de visada com o alvo;

3ª geração – atire e esqueça ("fire and forget").

Diferentemente do desenvolvimento de blindados, que conta com a experiência da indústria automobilística brasileira, a tecnologia necessária à fabricação de mísseis tem que ser implantada, tanto no que se refere à mecânica fina, como à eletrônica de bordo e aos propelentes. Por isso, convêm ser realista quanto à transferência de tecnologia neste campo: não adianta comprar o que não se terá condições de realizar. (Isto ocorre em qualquer país, mesmo nos mais desenvolvidos industrialmente). É preciso aprender a fazer e preparar uma ou mais indústrias para serem executoras, o que demanda tempo e muito dinheiro.

Rampa de Lançamento e Concha de Concreto

Sobre os projetos em andamento:

1) míssil SOLAR (solo-ar) – desenvolvimento conjunto IPD/AVIBRAS; o protótipo misto (nacionalização parcial) voará até maio de 1985; a parte eletrônica está equacionada e o piloto automático realizado; o projeto pronto compreenderá o míssil e o lançador;

2) míssil COBRA (solo-solo) – MSS1 (1ª geração) já resolvido; o MSS2 (2ª geração) ganhará impulso em 1985, a partir do vetor do MSS1, com introdução de inteligência capaz de tirar a preocupação do atirador com o acompanhamento do míssil. É filoguiado, o que dificulta sobremaneira as contra-medidas eletrônicas;

3) ATTMM – aquisição de tecnologia de teledireção e materiais de mísseis (necessárias a vetores com alcance acima de 40 km) – envolve veículo de teste de pilotagem, veículo de teste de medidas e rampa de lançamento (instrumentação e simuladores).

Como curiosidade, atrás e sob a rampa de lançamento do CPrM foi construída uma concha em concreto calculada de tal modo que a fumaça do lançamento se projeta sempre a 90º do vetor, possibilitando uma fotografia clara.

Pesquisa & Desenvolvimento no Exército

Lançador Múltiplo-SS LM/108-16 R para foguetes 108mm

O apoio à evolução integrada da Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito geral da Ciência e Tecnologia, foi uma prioridade constante da Alta Administração do Exército.

O fato inconteste de que o Brasil apresenta um somatório de aspectos altamente favoráveis que permitem ao País aspirar a condição de Potência Mundial, aliada à idéia de que o Poder Militar deve se firmar, nos dias atuais, em parque bélico nacional, conscientizou o Exército da necessidade de se tornar um agente do desenvolvimento da indústria de interesse militar.

Evidenciou-se, de imediato, a necessidade de se aprimorar a estrutura interna de pesquisa, de início insuficiente para atender à demanda de exigências impostas pelo objetivo proposto.

A falta de coordenação geral permitia iniciativas dissociadas e independentes. Algumas foram até bem sucedidas, como, por exemplo, o blindado Cascavel desenvolvido no âmbito do IPD e posteriormente entregue à ENGESA. Da mesma forma, o foguete X–40, resultado do projeto de final de curso de engenheiros de armamento do IME, em 1972, hoje explorado pela AVIBRÁS.

Era patente, também, a ausência de integração entre a doutrina, o pessoal e meios materiais, de forma a permitir que as pesquisas se consubstanciassem em produtos militares de interesse da Força de um modo racional e harmonioso.

Diante do quadro geral apresentado, considerando, ainda, que era necessário vencer a dependência externa em matéria de tecnologia em favor da soberania e defesa da nação, o Exército decidiu, de imediato, aperfeiçoar a estrutura organizacional de pesquisa vigorante na época, apoiando-a em uma legislação que eliminasse as distorções, de forma a permitir o crescimento surpreendente que hoje constatamos.

Nesse contexto, foi criado o CTEx, em 1979, incorporando, em uma estrutura única, o IME, o IPD e o CPrM, ocasionando, por outro lado, a extinção da antiga DPET.

Atualmente o CTEx é a espinha dorsal da Pesquisa e Desenvolvimento da Força, subordinando-se à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Com o objetivo de modernizar o Exército, o CTEx ora firma convênios com entidades de incentivo à pesquisa, ora se integra com as indústrias, onde engenheiros militares orientam vários empreendimentos tecnológicos, possibilitando o franco desenvolvimento do parque bélico nacional.

Em 15 de junho de 1981, foram aprovadas as Instruções Gerais para as Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército (IG 10–21), que instituíram o atual Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército (SPDCTEx), formado por um conjunto de órgãos com atribuições inerentes às áreas de doutrina, pessoal e material. Esse sistema é parte integrante do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (SNDCT).

Essa importante instrução estabelece que o instrumento básico de Pesquisa do SPDCTEx é o Plano Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército (PGPDEx), hoje contando com mais de 80 projetos de Pesquisa Básica e Aplicada e de Desenvolvimento Experimental.

Complementando o processo de elaboração do Plano de Pesquisa foram aprovadas as IG 10–36, Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais, encarregada de ordenar e descrever os principais eventos que ocorrem durante o ciclo de vida de um material, desde a sua concepção até a sua alienação definitiva. Um fato

Munição Perfurante de Alta Energia Cinética

importante dessa instrução é o estabelecimento de uma rotina de avaliação dos materiais, onde participam diversos órgãos interessados do Exército.

As IG 10–21 e IG 10–36 se constituem nos documentos básicos normativos das atividades de pesquisa e desenvolvimento do Exército.

No momento atual, todas essas realizações assumem um significado especial na história do País. Vencemos o ceticismo enraizado em nossas fronteiras, realizando um verdadeiro salto sobre o "fosso" tecnológico, antes privilégio exclusivo das grandes potências.

O esforço realizado pelo Exército Brasileiro logrou criar um clima industrial favorável, comprovado pela atual indústria militar florescente, mediante a capacitação de recursos materiais e humanos. Alcançamos o objetivo primordial: – o fortalecimento do Poder Militar Nacional.

Material Bélico

Nacionalização & Modernização

Fuzil Automático Pesado 7,62 M964 (FAP)

No que respeita ao material bélico, a Administração do Exército teve como meta fundamental, a partir de 1979, a nacionalização, de forma a diminuir e, no futuro, eliminar a dependência de fornecedores externos.

Essa meta foi buscada em duas etapas básicas: a padronização e modernização do material existente e o desenvolvimento e a fabricação nacional do armamento, viaturas e equipamentos novos e necessários.

Essa idéia, consubstanciada através da Portaria Ministerial nº 600, de 15 de junho de 1981, que aprova as IG–10–36 – INSTRUÇÕES GERAIS PARA O MODELO ADMINISTRATIVO DO CICLO DE VIDA DOS MATERIAIS DO EXÉRCITO, proporcionou um extraordinário avanço na indústria nacional de material bélico, que, antes inexpressiva, situa-se hoje entre as dez primeiras do mundo ocidental.

Assim, destacam-se:

– a padronização do calibre do armento leve, em 9mm para as pistolas e metralhadoras de mão e em 7,62 mm para os fuzis, mosquetões, fuzis-metralhadoras e metralhadoras leves, todos nacionais ou nacionalizáveis se houver demanda, pois possuímos a tecnologia para fabricá-los;

– a sempre crescente nacionalização do armamento pesado, com a fabricação de tubos de obuses, de canhões de CC, dos componentes da metralhadora pesada

Metralhadora de Mão 9mm M972 BERETTA/TAURUS

Metralhadora 7,62 M971 – MAG

e dos seus vários tipos de reparos, de canhões antiaéreos, de lança-rojões e canhões sem recuo, bem como a modernização do canhão antiaéreo BOFORS L60 de 40mm.

– a total nacionalização do material de transposição de cursos de água e demais materiais de Engenharia;

– a fabricação nacional dos principais meios de comunicações de dotação do Exército;

– o apoio ao desenvolvimento do CC OSÓRIO, Carro de Combate Principal, de alta tecnologia e sofisticação, já em fase de teste;

– a nacionalização dos blindados existentes, CCM41 e VBTP M113; donde se originou uma família de blindados sobre lagarta com base no CC TAMOYO e na VBCI

Munição Pré-fragmentada do Canhão Antiaéreo Bofors 40mm

Carro de Combate XEET–1 OSÓRIO

CHARRUA, cujos protótipos já estão em fase de avaliação;

– a adoção de uma família de blindados nacionais sobre rodas, modernizando os CASCAVÉIS e URUTUS existentes, e passando a adquiri-los com as mesmas características dos exportados, atualmente os mais vendidos no mundo.

Por tudo isso, atualmente, é possível substituir-se o material importado existente por similares nacionais mais modernos e atualizados, podendo-se dizer que temos condições de equipar com material nacional os seguintes tipos de unidades:

– Batalhão de Infantaria Motorizado, Blindado, Paraquedista e de Selva;
– Regimento de Cavalaria Blindado ou Mecanizado;
– Regimento de Carros de Combate;
– Grupo de Artilharia Antiaérea;
– Grupo de Lançadores Multicalibre;
– Batalhão de Engenharia de Combate e de Construção;

Carro de Combate XMB–3 TAMOYO

– Batalhão Logístico;
– Batalhão de Comunicações.

Viatura Blindada de Combate de Fuzileiros CHARRUA

Lança-Ponte Blindado XLP–10

O aumento do efetivo do Exército

Um dos acontecimentos que, recentemente, mais afetaram a Força Terrestre foi, sem dúvida, o aumento do seu efetivo, aprovado pelo Congresso em dezembro de 1983. Naquela ocasião, foi autorizado um acréscimo de 113 mil homens, o que elevou nosso teto para 296 mil. A concretização desse aumento tornará o Exército bem mais apto para o cumprimento de sua missão constitucional, fortalecendo, em conseqüência, o poder militar do País, adequando-o à nossa nova dimensão de potência emergente.

Em fins de 1983, o efetivo do Exército estava limitado a 182.784 homens. Na época em que foi estabelecido (1974), esse teto representava 0,18% da população brasileira. A realidade do País era bem diversa da de hoje. Nossa fronteira agrícola era acanhada. O sertão era bem menos humanizado. O Estado do Amazonas ainda era um deserto: possuía 0,6 habitante por quilômetro quadrado.

Em fins de 1983, todavia, a situação do Brasil era bastante diferente. A população havia crescido consideravelmente. As correntes migratórias estavam atingindo as regiões mais distantes do País, obrigando o Governo a investir em estradas, energia elétrica, telecomunicações etc. A Amazônia havia sido radiografada por satélites, revelando inúmeros tesouros que atraíam grandes contingentes humanos.

Por outro lado, haviam sido criadas ou transformadas mais de trinta Organizações Militares e estava sendo implementada a nova estruturação das Regiões Militares. Tais empreendimentos, que deveriam repousar em acréscimos no efetivo do Exército, foram limitados pelas restrições da lei vigente, isto é, realizados sem aumento de efetivo.

Dessa forma, no final de 1983, acolhendo a exposição de motivos apresentada pelo Ministério do Exército, o Executivo enviou mensagem ao Congresso Nacional, propondo a elevação do efetivo para 296 mil homens. O Legislativo aprovou, então, a Lei nº 7.150, autorizando o acréscimo, que deverá se processar, grosso modo, ao longo de dez anos, respeitadas as disponibilidades orçamentárias.

A primeira parcela desse aumento ocorreu no início de 1984: foi incluído, no efetivo do Exército, o pessoal "siglado" – aqueles que, no Almanaque, em vez de um número possuíam uma das siglas: MB, C01, ME, NN, Ag. ou T. Esse aumento, portanto, não foi real, mas apenas legal. Tratava-se de regularizar a situação de cerca de 2900 militares que, embora existentes, não estavam sendo computados na Força Terrestre. Não houve, portanto, qualquer alteração no orçamento.

Em 1985, também por razões orçamentárias, o acréscimo de efetivo ainda será inexpressivo, devendo limitar-se a cerca de 220 graduados. A partir de 1986, todavia, as alterações passarão a ser substanciais.

Como os estabelecimentos de ensino serão imediatamente afetados, já estão sendo tomadas as primeiras medidas para adequá-los à nova situação. A Escola de Sargentos das Armas está sofrendo ampliações: acabam de ser duplicadas as instalações do Curso de Infantaria; para o corrente ano está prevista a construção de mais pavilhões para o Curso de Engenharia, objetivando aumentar a capacidade de formação de novos graduados dessa Arma.

Dessa forma, o Exército, a par das modernizações que vem recebendo na área de material, está atualizando seu efetivo de modo a torná-lo adequado à nova dimensão do País e a mantê-lo em condições de cumprir sua missão constitucional.

COMPARAÇÃO DO EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

País	População (milhões de hab)	Superfície (km^2)	Efetivo do Exército (mil homens)	Porcentagem sobre a população	Soldado/km^2
Argentina	29	2.767.000	130	0,45	0,05
Brasil	128	8.512.000	180	0,14	0,02
Chile	12	757.000	53	0,44	0,07
Colômbia	29	1.319.000	57	0,19	0,04
Cuba	10	115.000	130	1,30	1,13
Venezuela	15	912.000	27	0,18	0,03
Espanha	38	505.000	255	0,67	0,50
França	54	547.000	314	0,58	0,57
Itália	56	301.000	257	0,46	0,85

Profissionalização — Preocupação constante!

Instrução Militar

A instrução militar, em tempo de paz, é a atividade mais importante da tropa. A implantação do Sistema de Instrução Militar (SIMEB) introduziu uma nova filosofia na instrução e adestramento da tropa, agora totalmente voltados para o desempenho do instruendo. Aprender fazendo – é a regra básica!

O SIMEB, já definitivamente implantado no Exército Brasileiro, vem proporcionando excelentes resultados e tem permitido um acompanhamento mais eficiente do rendimento da instrução, apoiando-se em objetivos bem definidos e tarefas bem determinadas.

Diversas iniciativas foram adotadas em apoio ao SIMEB. Entre outras, destacamos as seguintes:

– emprego de meios auxiliares que simulem ao máximo as condições de combate;

– adoção de procedimentos diversos visando à simplificação do emprego dos meios;

– elaboração de novos Programas-Padrão e dos Cadernos de Instrução, de fundamental importância para o rendimento da instrução;

– emprego de inúmeros conjuntos audio-visuais que tornam a instrução mais atraente e eficiente;

– construção e melhoramento de estandes de tiro e áreas para prática de Educação Física e esportes;

– consolidação do Teste de Aptidão Física e estabelecimento do Teste de Aptidão de Tiro;

– participação do Exército em exercícios com as demais Forças Armadas, objetivando integrar procedimentos e condutas face às necessidades de realização de Operações conjuntas.

Ensino

Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ)

O Exército se renova a cada ano com o acesso de jovens do Brasil à carreira das Armas, submetidos, posteriormente, a modernas técnicas de aprendizagem no ensino fundamental e no ensino profissional.

As atividades de ensino sempre mereceram especial atenção no Exército Brasileiro. Abrangem uma gama diversificada de universos a serem selecionados, formados, especializados e aperfeiçoados. Dentre outras, destacamos as seguintes atividades:

– implantação do Curso de Habilitação ao QAO;

– centralização do Curso de Aperfeiçoamento das QMS Combatentes;

– planejamento para implantação da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, onde deverão funcionar os Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos e o de Habilitação ao QAO;

– ampliação da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações (MG), a fim de receber um efetivo maior de candidatos a Sargentos;

– estudos para a criação do Curso Superior de Altos Estudos Militares destinado a Coronéis;

– anteprojeto de uma nova Lei de Ensino, em estudo no EME.

Deve-se ressaltar que a qualidade do ensino militar brasileiro é reconhecida internacionalmente por um expressivo efetivo de cadetes, de graduados e de Oficiais de Nações Amigas que freqüentam, anualmente, as nossas Escolas.

Evolução da Estrutura Organizacional do Exército

O Exército Brasileiro, consoante as elevadas responsabilidades que lhe são atribuídas pela Constituição Federal, sempre se caracterizou por um espírito dinâmico que o mantém permanentemente apto ao emprego na manutenção da lei e da ordem e na garantia dos poderes constituídos.

Essa característica tem-nos impulsionado na busca de soluções próprias aos nossos problemas e na obtenção de equipamentos modernos que, baseados em tecnologia autóctone, paralelamente contribuem para o desenvolvimento do parque fabril nacional.

E a estrutura da Força, também, evolui de acordo com as necessidades ditadas pelos requisitos de emprego verificados nos mais recentes eventos bélicos.

Fruto de criterioso equilíbrio entre as contrastantes exigências de centralização dos meios e de presença física nos mais diversos recantos de nosso território, modificações têm sido realizadas. Organizações Militares foram criadas ou transformadas, tudo atendendo ao objetivo maior de manter elevado o índice de operacionalidade da tropa.

Tivemos, assim, nos últimos anos, a adoção de importantes medidas, como:

– transformação do Grupamento Leste Catarinense e dos Grupamentos de Fronteira de Santo Ângelo e Cascavel em Brigadas de Infantaria Motorizadas, e do Grupamento de Fronteira de Porto Velho em Brigada de Infantaria de Selva, organizações enquadradas nos princípios doutrinários e com missões específicas nos planejamentos de segurança;

– a 4ª Divisão de Cavalaria, tradicional Grande-Unidade sediada em Campo Grande, foi transformada em 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e transferido seu Comando para a localidade de Dourados–MS;

– os Grupos de Artilharia da AD/4 e AD/5 foram equipados com material de calibre 155 mm, permitindo-lhes atuar nas missões afetas a artilharia de DE;

– foi efetivada a criação do 1º Batalhão de Forças Especiais, no Rio de Janeiro;

Esqd Cmdo da 4ª Bda C Mec, em Dourados-MS

– em dois extremos de nossas fronteiras, Jaguarão e Boa Vista, foram criados Esquadrões de Cavalaria Mecanizados, Unidades cujo grau de mobilidade lhes confere real valor como sentinelas avançadas de nossa soberania;

– a 9ª Região Militar, transformada em RM/DE, passou a receber atribuições operacionais;

– a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, Grande-Unidade do Planalto Central, teve a sede de seu Comando transferida de Brasília para Goiânia;

– o 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, transferido de Jaguarão para Cascavel, passou a integrar os efetivos da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada;

– ainda em fase de organização, os 4º e 11º Grupo de Artilharia Antiaérea (Sete Lagoas e Brasília) virão brevemente completar o quadro de Unidades do Exército que integram o Sistema DACTA – I;

– o Comando Militar da Amazônia foi desmembrado da 12ª Região Militar, o que permite melhor coordenação das atividades operacionais e um desempenho mais efetivo do apoio administrativo de base, na Região Norte do país.

Quartel do 33º B I Mtz, em Cascavel-PR

Na esfera administrativa, objetivando proporcionar melhores condições de atuação aos elementos empenhados na atividade-fim, merecem destaque:

– criação da Secretaria de Economia e Finanças, por transformação da Diretoria-Geral de Economia e Finanças;

– criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, órgão setorial que brevemente terá a seu cargo a coordenação das atividades científicas e tecnológicas relacionadas com as áreas de doutrina, pessoal e material;

– criação do Centro de Comunicação Social do Exército, do Centro Tecnológico do Exército, do Centro de Pagamento do Exército, do Centro de Avaliação do Exército e do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;

– criação das Diretorias de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, de Telecomunicações, de Comunicações e Eletrônica, de Auditoria e de Informática;

– início da implantação do Projeto Região Militar, com a criação dos Parques Regionais de Manutenção, dos Escalões Logístico, Administrativo e Territorial nos comandos de RM, e do 3º Batalhão de Suprimento, sediado na Guarnição de Morretes, embrião de um futuro Grupamento Logístico de Exército de Campanha.

Outros eventos de igual significação estão em fase de planejamento e terão sua implantação em futuro não longínquo, dentro de um sistema de realizações que permitirá transmitir às próximas gerações, um Exército forte, coeso e digno das gloriosas tradições legadas por aqueles que nos antecederam em tão nobre missão.

A INFORMÁTICA no EXÉRCITO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A concepção de um Exército administrativamente ágil e operacionalmente eficiente, à altura da grandiosidade e das tradições da Nação Brasileira, deve fundamentar-se no emprego de equipamentos modernos e de tecnologias avançadas.

O computador, instrumento essencial na sociedade moderna, confere à Informática um papel de relevo para os exércitos4, capaz de garantir aos escalões de comando o acesso a informações oportunas, precisas e confiáveis, com vistas ao planejamento adequado e à correta tomada de decisão.

Daí a realidade e a oportunidade da Política de Informática do Exército, de julho de 1982, e das Instruções Gerais para o Sistema de Informática do Exército – S I N F Ex – aprovadas pela Portaria Ministerial n º 608, de 19 de julho de 1983.

Por essa orientação, reformulou-se a estrutura do SINFEx, criando-se a Diretoria de Informática, sob a orientação do DEC, encarregada das múltiplas atividades de Informática: Processamento de Dados, Teleinformática e Arquivo e Recuperação da Informação (agora, incluída a microfilmagem).

FINALIDADES DO SISTEMA

A implantação do SINFEx objetiva cobrir o território nacional com moderna rede de teleprocessamento, adensada por mini e microcomputadores instalados nos diversos escalões de comando, dentro de um projeto de informatização já desencadeado. Assim, serão criadas as condições para que sejam atingidas suas finalidades, dentre as quais destacamos:

- simplificar as rotinas de trabalho;
- aliviar a tropa de encargos burocráticos;
- liberar recursos humanos das atividades-meio em benefício das atividades-fim;
- organizar uma estrutura de paz que, na transição para uma situação de guerra, seja apta ao emprego operacional, sem traumas e necessidades de transformações bruscas; e
- oferecer aos escalões de comando um instrumento hábil de apoio para tomada de decisão.

ORGANIZAÇÃO

O SINFEX tem a seguinte organização geral:

- Órgão de Direção Geral: Estado-Maior do Exército – EME;
- Órgão de Direção Setorial: Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC);
- Órgão de Apoio Técnico-Normativo – Diretoria de Informática (D Infor); e
- Órgãos de Execução – Centros de Informática (C Infor) e Unidades de Informática (U Infor).

Aos Centros de Informática – os atualmente existentes localizam-se em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Manaus – são atribuídas missões específicas, técnicas e administrativas, compatíveis com suas respectivas localizações e áreas de atuação.

Vale lembrar que as atividades relacionadas com computadores, calculadoras, radares e outros equipamentos eletrônicos pertencentes aos Sistemas de Armas integram o Sistema de Material Bélico, que tem, no Departamento de Material Bélico (DMB), seu Órgão Setorial e, na Diretoria de Material de Comunicações e Eletrônica (DMCE), seu Órgão de apoio Técnico-Normativo.

ATRIBUIÇÕES

Ao Sistema de Informática do Exército estão afetas diferentes atribuições, merecendo ser ressaltadas:

- levantar as necessidades de Informática nas diversas áreas do Exército;
- promover a formação, a especialização e a extensão do pessoal;
- promover, com as demais Forças Singulares e Instituições, o intercâmbio de informações na área de Informática, ressalvados os aspectos de segurança, e
- fazer observar a Política de Informática do Exército.

ÁREAS APOIADAS

O SINFEx apoiará, principalmente, as seguintes áreas de atividades:

- de pesquisa e desenvolvimento;
- de ensino;
- de informações;
- de mobilização;
- de pessoal;
- de material;
- de finanças e do orçamento;
- de serviços;
- de operações.

RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Informática vem desenvolvendo a formação e especialização de Recursos Humanos para o uso de Informática em todas as áreas e níveis do Exército.

a. Nível de Direção

Têm sido ministrados estágios para Oficiais-Generais e Oficiais Superiores que estejam exercendo ou que venham a exercer funções de Comando ou Direção. Visa a oferecer os conhecimentos essenciais à melhor utilização da Informática, inclusive quanto ao acesso pessoal a terminais.

b. Nível de Utilização

Oficiais – Cursos e estágios estão voltados para os demais Oficiais Superiores, usuários do SINFEx, que detenham, também, parcelas de responsabilidade no trato da Informática: Oficiais de Estado-Maior e Assessores de Departamentos, de Diretorias e de Comandos, cujas Organizações utilizem ou venham a utilizar, de alguma forma, o Processamento de Dados, a Microfilmagem e a Teleinformática.

Graduados – Diferentes cursos e estágios têm sido programados para graduados, objetivando atender as necessidades do Sistema em todos os níveis.

PERSPECTIVAS

A Informática no Exército Brasileiro, iniciada há quinze anos, encontra-se, no momento, no limiar de uma nova fase.

As metas fixadas, no Plano de Informática serão certamente atingidas. Assim, deverá ser alcançada, ainda que demande certo tempo, uma situação ótima para o SINFEx, tanto no setor de pessoal quanto no de equipamentos.

Por outro lado, a implantação do Sistema de Informática do Exército irá contribuir, sem dúvida, para que a Força Terrestre alcance a modernização administrativa desejada e a eficiência operacional tão almejada. Inegavelmente, já são evidentes os resultados positivos, o que nos permite vislumbrar um futuro promissor para a Informática no Exército.

IMBEL

A Indústria de Material Bélico do Brasil, criada pela Lei nº 6227, de 14 de julho de 1975, foi organizada com o patrimônio das antigas fábricas do Exército, subordinadas à então Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR).

Desde então, vem melhorando sua estrutura para aperfeiçoar o cumprimento da missão que a ela foi atribuída com o objetivo de colaborar no planejamento e fabricação de material bélico pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira.

A Política do Exército para a IMBEL consta de Notas e Diretrizes Ministeriais. A partir de 1979, enfatiza a transferência para a iniciativa privada das atividades de fabricação, excetuadas as que, pelo pioneirismo e imperativos da segurança, devam continuar como encargo próprio.

Os engenheiros militares que prestam serviço à IMBEL são o esteio da produção, pois na lei de criação ficou estabelecido o exercício de função militar para os mesmos ao permanecerem na função que exerciam sob a direção da DFR. Além disso, é do interesse do Exército que os engenheiros militares recém-formados pelo IME façam estágio na área de produção, necessário à complementação da formação, na atualidade praticamente restrito à IMBEL.

Desde dezembro de 1982 que a direção da Empresa está confiada ao engenheiro JOSÉ LUIZ WHITAKER RIBEIRO, empresário brasileiro que se dedica há longos anos ao setor de material bélico.

Como aprimoramento administrativo, dotou-se a empresa de maiores controles, a fim de que determinados problemas pudessem ser estudados ou, em último caso, suas correções se fizessem de maneira adequada e com a rapidez necessária.

Assim, foram alterados os seus Estatutos, estruturando-se o Conselho de Administração com representantes da IMBEL, CACEX, SEPLAN e MIC, sob a presidência do General Chefe do DMB, que representa os interesses do Exército.

A IMBEL está autorizada por lei a criar, sempre que necessário, subsidiárias e a participar do capital de outras empresas do setor.

A empresa, até agosto de 1984, apresentou uma receita líquida operacional de Cr$ 18,3 bilhões, correspondentes a um crescimento real acumulado de 40% em relação ao período anterior.

A tarefa de reorganizar e dirigir a IMBEL é um árduo desafio para os atuais dirigentes. Entretanto os resultados apresentados nos fazem prever um futuro promissor para esta grande entidade vinculada ao Ministério do Exército.

O Centro de Comunicação Social do Exército

Em 24 de março de 1981, para que a Força Terrestre pudesse se enquadrar no Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, foi criado o Centro de Comunicação Social do Exército (C Com S Ex), suprindo a falta de um órgão de cúpula capaz de coordenar, no mais alto nível, as atividades de comunicação social no Exército Brasileiro.

Nesse curto período de existência, o C Com S Ex vem desenvolvendo o seu trabalho através de planejamento calcado em diretrizes ministeriais e pesquisas as mais diversas, procurando conscientizar seu público interno para o valor da comunicação social como instrumento de ação político-administrativa, em apoio às missões da Instituição.

Integrar o Exército com os diversos públicos, tem sido sua principal preocupação, planejando, promovendo e coordenando atividades nos campos das Relações Públicas, das Operações Psicológicas, da Ação Comunitária e de Assuntos de Governo.

O empenho maior do C Com S Ex prende-se à abertura de espaços para publicação de matérias em veículos de comunicação de massa dos grandes centros e de cidades do interior. Esses últimos, desde o ano passado, recebem atenção especial.

Para o público interno, o "Noticiário do Exército" e "o verde oliva" têm se constituído em excelentes veículos para manter elevado os níveis de informação sobre o desenvolvimento do material e dos equipamentos, sobre as evoluções na legislação, sobre assuntos ligados ao pessoal e outros que possibilitem atendimento aos interesses dos integrantes da Força.

Atualmente, a estrutura do C Com S Ex, suplantando as dificuldades naturais de um órgão em implantação aliada à escassez de recursos, produz uma considerável gama de artigos, mensagens, palestras, filmetes e outras peças promocionais que vitalizam o Sistema de Comunicação Social do Exército, divulgando a verdadeira imagem da Força Terrestre, em contraposição àqueles que tentam mostrá-la de forma diferente.

O C Com S Ex, através de suas produções, busca fortalecer os valores morais, a coesão e o espírito democrático dos Quadros e da Tropa, com o objetivo de cooperar para o aprimoramento da operacionalidade da Força Terrestre.

Assim, procurando encurtar as distâncias que separam as Organizações Militares espalhadas por este Brasil grande, o C Com S Ex vem cumprindo sua missão de fornecer informações oportunas aos integrantes da Força e de manter elevado o conceito do Exército Brasileiro perante a opinião pública.

A Fundação Habitacional do Exército e a POUPEX

Em Out 79, o Exmo. Sr. Ministro do Exército expedia a NOTA MINISTERIAL nº 029, na qual S. Exª fazia uma análise dos «PROBLEMAS CONJUNTURAIS DO EXÉRCITO».

Dentre as providências a serem adotadas pelos diferentes órgãos da administração do Exército, no sentido de minorar os efeitos da situação econômica no seio da família militar, estava uma a cargo da antiga DGEF, a de «dinamizar o funcionamento da Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx)», de modo a torná-la, efetivamente, um instrumento capaz de permitir, aos militares, a obtenção da casa própria».

Com esse propósito, criava-se, através da Lei nº 6.855/80, a FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO — FHE, que, em 08 Out 81, instalava-se oficialmente no 8º andar do Edifício do Ministério do Exército, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Nessa data, o Exmo. Sr. Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, Ministro do Exército, dava posse à 1ª Diretoria da FHE, nomeada que fora pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Destarte, o EXÉRCITO instalou o SISTEMA FHE/POUPEX, como solução para o problema da moradia dos militares. Sua estrutura compunha-se basicamente de uma FUNDAÇÃO HABITACIONAL, com personalidade jurídica de direito privado, gerindo uma Associação de Poupança e Empréstimo, a POUPEX, uma Sociedade Civil de âmbito nacional.

Extinguia-se, pois, a antiga CFIEx, que durante 14 anos associara apenas 8.863 pessoas e promovera 142 financiamentos imobiliários, para dar lugar a uma estrutura mais ágil, tal como fora preconizado pela Nota Ministerial.

Ao encerrar-se o ano de 1984, portanto três anos e três meses mais tarde, a FHE já pode apresentar aos companheiros do Exército números expressivos — **78.666 associados, 102.921 Cadernetas de Poupança, 111,016 bilhões de captação de poupança e 948 financiamentos imobiliários** —, que por si só atestam o acerto da instituição do novo Sistema e a sua pujança e potencialidade.

1. A CADERNETA DE POUPANÇA — POUPEX

Com sua ação estendida a todo o território nacional, a POUPEX, para maior comodidade de seus associados, colocou-lhes à disposição a maior rede bancária do país — a do Banco do Brasil. Efetuar depósitos mediante consignação em folha, fazê-los livremente e a qualquer tempo, ou associar ambas as formas, movimentar uma conta bancária e uma Caderneta de Poupança no mesmo estabelecimento bancário constituem realmente um privilégio que só aos associados da POUPEX é dado usufruir.

Autorizada pelo Sr. Ministro do Exército, a POUPEX instituiu o FUNDO ESPECIAL, a ser constituído por depósitos mensais de cabos e soldados incorporados para prestação do serviço militar inicial.

Essa providência visou a dois aspectos básicos:

— contribuir para a formação da praça, incutindo-lhe o hábito de poupar e

— constituir uma reserva para que o cabo/soldado disponha de recursos por ocasião do licenciamento do serviço militar.

O processamento dessa modalidade de captação é bastante simples e é feito no âmbito das subunidades, de acordo com instruções expedidas a todas as Organizações Militares.

Além dos objetivos desta modalidade de captação acima citados, pretende a Fundação Habitacional do Exército que os rendimentos auferidos por esta Conta Especial, a par de beneficiar os depositantes com os dividendos e correção monetária de praxe, revertam, não para financiamentos pela POUPEX, mas sim em benefício das praças, pela promoção das competições esportivas de sua OM mediante fornecimento de troféus, medalhas, material esportivo e prêmios, proporcionalmente ao volume das contas de depósitos dos cabos e soldados.

Considerando-se o objetivo fundamental da POUPEX, aos seus associados é facultado beneficiar-se das seguintes linhas de financiamento imobiliário do Sistema FHE/POUPEX, a seguir resumidamente apresentadas:

a) Condomínio;
b) Construção em lote próprio;
c) Aquisição de imóvel novo;
d) Aquisição de imóvel usado; e
e) Reforma e ampliação.

O critério para a concessão de financiamentos para construção e a aquisição de imóvel obedece à:

I — ordem de entrada da proposta;
II — disponibilidade de recursos na POUPEX;
III — carência de um mês como associado para aquisição de unidades novas ou em construção e de um ano para aquisição de unidades usadas.

Para a aquisição de unidade usada, terão prioridade:

I — ser militar ou servidor civil do Ministério do Exército;
II — ter que desocupar o PNR, por motivo de transferência para a reserva ou aposentadoria e que não possua imóvel.

OBS: desde o início de suas atividades imobiliárias, em 1º Jun 82, há 2 anos e seis meses atrás, a POUPEX foi a única APE do Sistema Financeiro da Habitação a financiar, SEM INTERRUPÇÃO, imóveis usados.

0) Empreendimentos promovidos pela FHE

A FHE, na qualidade de Agente Financeiro, Promotor e para as Atividades Complementares do PROHEMP (Programa Habitacional Empresa), contando com recursos do BNH, adquire terreno, desenvolve projetos, contrata a construção e vende as unidades-produzidas aos associados da POUPEX, que por sua vez concederá os financiamentos necessários à aquisição.

2. PROGRAMAS SOCIAIS DA FHE

Dentro da sua finalidade social, a Fundação vem procurando desenvolver programas de atendimento dos segmentos da classe militar com baixos padrões de renda. Assim sendo, estão em andamento:

a. PROJETO PROMORAR

Por convênio firmado entre o Ministério do Exército — BNH e a FHE, aquele Banco construiu, em terrenos do Min Ex em Deodoro-RJ — 192 casas, pelo Programa PROMORAR, destinadas a funcionários do Min Ex de baixa renda, cabendo à FHE a sua comercialização. O financiamento total de cada casa está limitado a 300 UPC, amortizado em prestações no valor de 10% do salário-mínimo. Após a entrega foram concedidos financiamentos simples aos moradores para ampliação dessas unidades.

Em 24 de maio de 1984 foi firmado entre o Ministério do Exército — BNH e FHE aditivo ao convênio acima, para construção pelo BNH de cerca de 1.500 casas, em terrenos a serem doados pelo Exército à FHE, devendo ser inauguradas, em Mar/85, as 486 primeiras unidades.

b. PROJETO DOURADOS

A transferência do Cmdo da 4ª Bda C Mec de Campo Grande para DOURADOS-MS gerou a necessidade social da construção, nessa nova sede, de 15 casas para sargentos e cabos estabilizados.

Em atenção à solicitação formulada pelo Cmt daquela Brigada, a FHE adquiriu quinze terrenos de tamanhos que variam de 428 m² a 611 m², no Bairro Jardim Girassol, nos quais construiu igual número de casas de alvenaria, com financiamento da POUPEX.

Cada casa tem uma área construída de aproximadamente 62,00 m² e é constituída de sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. A composição das várias dependências e a localização da casa no terreno foram projetadas de forma a permitir que cada unidade seja progressiva e racionalmente ampliada, chegando a uma área construída de cerca de 150,00 m² e uma constituição de varanda, sala estar/jantar, suíte (quarto, banheiro e closet), dois quartos, garagem e dependências completas de empregada. O custo de construção ficou em torno de 11 UPC/m², para um final médio de aproximadamente 1100,0 UPC por casa, neste incluídas as parcelas referentes ao terreno, à construção e às despesas indiretas e financeiras.

As casas foram entregues a seus moradores, no dia 09 Nov 84.

c. MORADIAS PARA EX-COMBATENTES DA FEB

Em 02 Ago 84 foi firmado «Contrato de Refinanciamento para Comercialização de Habitações que fazem o BNH e a FHE», pelo qual o BNH concede à FHE (como agente financeiro) refinanciamento no valor de Cr$ 662.773.500,00 (50.000 UPC), destinado ao ressarcimento de 65 financiamentos a serem concedidos aos beneficiários da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção de Brasília, para aquisição de unidades habitacionais.

A FHE está procedendo à efetivação desses financiamentos.

3. EMPREENDIMENTOS DA FHE

A par dos financiamentos concedidos pela POUPEX para aquisição ou construção da casa própria, a Fundação Habitacional do Exército promove a construção de empreendimentos próprios, que, uma vez lançados, têm suas unidades habitacionais vendidas aos associados da POUPEX, mediante financiamento concedido por essa APE.

No planejamento desses empreendimentos é levado em consideração o CADASTRO DEMANDA DE MORADIA — CDM, levantamento esse feito com base nos resultados obtidos através da Pesquisa 01/82, distribuída a todos que se associam à POUPEX.

Os empreendimentos da FHE ora em realização e os planejados para 1985 são os seguintes:

a. CONDOMÍNIO PARQUE REAL — REALENGO/RJ
6 blocos — 432 apartamentos — 1.881 a 2.011 UPC/Unidade.
Obra já concluída e em final de urbanização, tem sua entrega, aos pretendentes selecionados, prevista para Mar/85.

b. RESIDENCIAL CARAÍ — PORTO ALEGRE
24 apartamentos — 2.845 UPC/Unidade.
Teve seu lançamento em 08 Out 84 e sua entrega em 17 Dez 84.
Atualmente seus pretendentes estão promovendo a documentação para aquisição das unidades.

c. BRASÍLIA — SQN 205
2 blocos — 72 apartamentos — 6.800 UPC/Unidade.
Finda a licitação da obra a empresa vencedora — MATER ENGENHARIA — deverá receber autorização para início da obra em Jan 85.

d. RIO DE JANEIRO — GRAJAÚ
Construção de 03 das 05 torres previstas, tendo cada uma delas 44 apartamentos, ao preço de 3.500 UPC (2 quartos) e 5.396 UPC (3 quartos).
Aprovados os projetos de arquitetura, encontram-se em execução os de instalações e estruturas e o detalhamento construtivo.
Há previsão de início da obra para o 2º semestre de 85.

e. JUIZ DE FORA — MG
Edifício Santa Luzia — 36 apartamentos — 2.700 UPC/Unidade.
Em andamento: Edital de Licitação

f. TAGUATINGA-DF — 3 edifícios
2 edifícios com 24 apartamentos cada — 2.500 UPC/Unidade: aprovado projeto de arquitetura.
Em andamento: projetos de fundações, de estrutura e de execução.
1 edifício com 32 apartamentos a 2.000 UPC/Unidade: a projetar.

g. RECIFE — PE
180 apartamentos de 1.800 UPC/Unidade
Andamento: seleção do terreno.

Além disso estão em andamento as providências preliminares visando à aquisição de terrenos para construção de empreendimentos da FHE na AMAZÔNIA, em CAMPO GRANDE — FORTALEZA — OLINDA — NATAL — SALVADOR — CURITIBA — FLORIANÓPOLIS — SANTA MARIA e em outras cidades do país, dentro de programação para 1985, que prevê a contratação de 1.912 unidades habitacionais, a um custo unitário médio de 1.754 UPC.

4. LIQUIDEZ DO SISTEMA FHE/POUPEX

É lema da POUPEX: — SEGURANÇA — RENTABILIDADE — LIQUIDEZ.

Realmente, é preocupação constante o aspecto de LIQUIDEZ da POUPEX, isto é, que ela possa atender, a qualquer momento, a retiradas maciças de poupança sem necessidade de recorrer ao BNH.

Assim, ao fim de Dez 84, apresentou um sólido índice de liquidez e um patrimônio líquido de 40,1 bilhões de cruzeiros.

3.º RCMec

3.º Regimento de Cavalaria Mecanizado

Criado pelo Decreto-lei nº 5.170, de 6 de janeiro de 1943, com a denominação de 3º Regimento Autometralhadoras de Cavalaria, com sede em Bagé, RS, surgia a mais nova e moderna Unidade Blindada da época.

Através dos anos, recebeu o 3º Regimento Autometralhadoras de Cavalaria denominações sucessivas de 3º Regimento Mecanizado, 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 3º Regimento de Reconhecimento Mecanizado e novamente 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

O material foi transportado do Rio de Janeiro para Bagé por via férrea, juntamente com seu primeiro comandante, o Major Aparício Brasil Cabral, 4 Oficiais, 90 Praças, 106 Vtr Automóveis e 12 Canhões 37 mm, chegando a Bagé às 22:00 horas do dia 26 de março de 1943, ficando aquartelado, provisoriamente, no Parque de Exposição da Associação Rural de Bagé.

Em setembro de 1944, dando curso ao completamento de seu material, o Regimento recebia os Carros Leves M3 A1, passando a ser, verdadeiramente, uma Unidade Blindada.

Em dezembro de 1944, apresentaram-se voluntariamente e embarcaram com destino à FEB, tomados pelo entusiasmo de defender a Pátria ameaçada e fiéis ao espírito de Cavalaria que inspira o amor pelas missões arriscadas, os seguintes soldados: José de Barros, Horacílio Machado, Paulo Esvael, Alvir de Matos Torres, Celso Alves Figueiredo, Fernando Machado Pereira, Abel Gerdo Neto, Adão Morais da Rosa, Osvaldo Mueller, Wilmar Rosa Gonçalves e Ivan Castro.

Após quatro anos e meio de acantonamento, em fins de 1947, mudava-se o Regimento para suas novas instalações no atual aquartelamento da Unidade, antiga região de Vila Arejanos, na orla Norte da Cidade.

Em 22 de outubro de 1980, a Unidade foi reequipada com modernos Carros Blindados de Reconhecimento (CBR), Cascavel, com canhão 90 mm, e Viaturas Blindadas Transporte de Pessoal (VBTP), Urutu, ambos de fabricação nacional.

O 3º R C Mec orgulha-se de ter sido comandado, no período de 1º de julho de 1964 a 30 de julho de 1966, pelo então, Cel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, hoje Ministro do Exército.